



A ÁGUA NOSSA RIQUEZA

POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA
NO DOMÍNIO DA ÁGUA
E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE SARAGOÇA, DE 14 DE JUNHO A 14 DE SETEMBRO DE 2008

Bem-vindos ao pavilhão da UE na EXPO Saragoça 2008, onde a água e o desenvolvimento sustentável concentram toda a atenção! Enquanto a água é actualmente um recurso ameaçado, o desenvolvimento sustentável é um conceito inelutável que nos lança num futuro onde é preciso enfrentar grandes desafios económicos, sociais e ambientais para que todos os cidadãos do nosso planeta possam usufruir de um nível de vida adequado. A água e o desenvolvimento sustentável são conceitos interdependentes: sem água não há desenvolvimento sustentável e sem desenvolvimento sustentável acaba a água.

A Expo Saragoça 2008 mostra a relação dinâmica existente entre a água e as sociedades humanas e como a água sustenta realmente a vida, os meios de subsistência e o modo de vida em todo o mundo. A União Europeia reconhece que deve haver um equilíbrio entre a utilização da água e o desenvolvimento. A gestão da água constitui um desafio transversal com implicações no domínio da saúde, da protecção ambiental, do desenvolvimento económico, da paz e da segurança. O nosso empenho no desenvolvimento sustentável e num elevado nível de protecção ambiental garantirá às gerações vindouras maior qualidade de vida, não apenas na Europa mas em todo o mundo.

O pavilhão e o programa de actividades organizadas pela União Europeia na Expo Saragoça dão resposta a estes desafios e mostram os esforços envidados pela UE no sentido de uma gestão integrada da água. A União Europeia aproveita este importante evento mundial como uma oportunidade única para reflectir, partilhar experiências e avançar com soluções imaginativas para o tema mundial da água. O objectivo desta publicação é apresentar as principais orientações das estratégias, medidas e instrumentos utilizados pela União Europeia para assegurar um futuro equitativo e sustentável para todos.

Hans-Gert Pöttering



Hans-Gert Pöttering
Presidente do Parlamento Europeu

José Manuel Durão Barroso



José Manuel Durão Barroso
Presidente da Comissão Europeia



AMBIENTE 2010: O NOSSO FUTURO, A NOSSA ESCOLHA, UM IMPORTANTE DESAFIO PARA A UNIÃO EUROPEIA

São muitos os desafios ambientais relacionados com o mundo moderno. Como melhorar a nossa qualidade de vida sem prejudicar o ambiente e as gerações futuras, nem o crescimento dos países em desenvolvimento?

Esta questão compromete o futuro da Europa e de todo o Planeta. Para lhe dar resposta, a União Europeia dotou-se de um quadro estratégico para 2002-2012, que visa uma política ambiental centrada no desenvolvimento sustentável.

O sexto programa de acção em matéria de ambiente, intitulado «Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha», centra-se em quatro domínios de acção prioritários: alterações climáticas, biodiversidade, ambiente e saúde, bem como a gestão sustentável dos recursos e resíduos.

Este programa chama especialmente a atenção para a protecção da água, recurso precioso e ameaçado, que devemos preservar para o futuro.

.....



A água tem um papel fundamental em seis domínios de intervenção da União Europeia:

- O ambiente e as alterações climáticas P. 4
- A investigação P. 8
- A energia e os transportes P. 11
- A agricultura P. 13
- O desenvolvimento regional P. 17
- A cooperação para o desenvolvimento P. 20



LEGISLAÇÃO EUROPEIA RELATIVA À ÁGUA: ALGUMAS REFERÊNCIAS

O sexto programa de acção em matéria de ambiente baseia-se numa série de medidas e de legislação complementar cujo propósito é preservar a água enquanto recurso vital.



A DIRECTIVA-QUADRO NO DOMÍNIO DA ÁGUA

Esta directiva visa assegurar uma boa gestão da água, especificando que esta não é um produto comercial, mas sim um património que é preciso defender e proteger. Estabelece que a gestão da água deve ser feita à escala das bacias hidrográficas e que o seu objectivo é elaborar uma política comunitária integrada, que tenha em conta as necessidades da indústria, da agricultura e dos particulares.

LEGISLAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA

As directivas-quadro sobre a água, a água potável e as águas subterrâneas visam proteger a água destinada ao consumo humano, bem como a qualidade ambiental das águas e dos ecossistemas que lhe estão associados.

A directiva-quadro sobre as águas balneares insere-se numa política de saúde pública e de protecção do ambiente e define normas sanitárias rigorosas.

A directiva sobre as águas residuais urbanas pretende proteger o ambiente dos efeitos nefastos associados à descarga de águas residuais produzidas pelos particulares e por certos sectores industriais.

CONSERVAÇÃO E PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO

O bom estado biológico, químico e físico do meio marinho é a principal preocupação da futura estratégia marinha, tal como foi definida até 2021.

Em Dezembro de 2007, a directiva-quadro «estratégia para o meio marinho» determinou objectivos e princípios comuns a nível europeu. Depois de definir as regiões marítimas europeias, os Estados-Membros devem desenvolver uma estratégia comum e cooperar de forma activa na gestão dos meios marinhos.



ACORDOS INTERNACIONAIS DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE AS ÁGUAS REGIONAIS

Foram concluídos diversos acordos internacionais e instrumentos de cooperação com o objectivo de proteger as águas regionais da União Europeia. Entre as zonas abrangidas podem citar-se:

- a bacia do Reno,
- a bacia do Danúbio e do mar do Norte,
- a bacia mediterrânica,
- o mar Báltico,
- o meio marinho do Atlântico Nordeste.

DESCARGA DE SUBSTÂNCIAS, VALORES MÁXIMOS E NITRATOS

Para preservar o meio aquático foi criado um sistema de limites vinculativos para a descarga de substâncias perigosas. Estas directivas visam substâncias que devem ser objecto de uma atenção especial, nomeadamente os nitratos provenientes da agricultura, que são uma fonte de poluição, bem como as substâncias químicas tóxicas que podem ameaçar as águas superficiais.

PROTECÇÃO CONTRA AS INUNDAÇÕES E ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS

Em Outubro de 2007, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptaram uma directiva relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações. Depois de procederem a uma avaliação dos riscos de inundação a que estão expostas as bacias hidrográficas e as zonas circundantes, os Estados-Membros devem tomar medidas adequadas e coordenadas para reduzir os seus efeitos.

Em Julho de 2007, a Comissão publicou uma comunicação sobre a abordagem para enfrentar o problema da escassez de água e das secas. Foram definidas medidas para reduzir o impacto destes problemas num contexto de alterações climáticas.



Em Maio de 2007, o Parlamento Europeu propôs aumentar de 33 para 61 os produtos tóxicos constantes da legislação europeia sobre a qualidade da água. Destes produtos, 45 foram qualificados como substâncias prioritárias, devendo deixar de ser utilizados até 2015.

COMO A UNIÃO EUROPEIA TOMA DECISÕES

A co-decisão é actualmente o modo mais comum de tomada de decisões. Quando a Comissão Europeia propõe nova legislação, é ao Conselho e ao Parlamento Europeu que cabe adoptar os textos e dar-lhes força legal. Portanto, o poder legislativo é partilhado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho numa base de absoluta igualdade. Durante o processo de aprovação são igualmente consultadas outras instâncias, como o Comité Económico e Social Europeu ou o Comité das Regiões.

Para mais informações,
http://europa.eu/institutions/decision-making/index_pt.htm



O AMBIENTE E AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A ÁGUA, FONTE DE VIDA

Sem água não teria aparecido vida no nosso planeta. Hoje em dia todas as actividades humanas estão dependentes da água e, em grande escala, a água tornou-se um recurso limitado e vulnerável que é essencial proteger. A União Europeia está empenhada nisso.

ALGUNS DADOS

A NÍVEL MUNDIAL

- a água do Planeta que pode ser consumida pelo ser humano é menos de 1%,
- não têm acesso a água potável mais de 1 200 milhões de pessoas e 2 600 milhões não têm qualquer saneamento.

A NÍVEL EUROPEU

Mesmo que em comparação com algumas regiões do mundo os recursos hídricos na Europa estejam claramente menos ameaçados, se olharmos mais de perto...

- 20% das águas superficiais na União Europeia estão gravemente ameaçadas pela poluição,
- 60% das cidades europeias sobre-exploram os seus recursos de águas subterrâneas,
- desde 1985, a superfície de terras irrigadas aumentou 20% no Sul da Europa,
- o número de regiões e as populações afectadas pela seca aumentaram cerca de 20% entre 1976 e 2006,
- uma das maiores secas, que ocorreu em 2003, afectou mais de 100 milhões de pessoas e um terço do território da União Europeia,
- as secas dos últimos trinta anos custaram, no total, 100 mil milhões de euros.

A DIRECTIVA-QUADRO SOBRE A ÁGUA

Esta directiva-quadro define um objectivo global a atingir pela União Europeia até 2015. Nessa altura, os Estados-Membros devem estar empenhados na protecção e gestão da água, com vista à sua utilização sustentável e para garantir os recursos hídricos das gerações futuras, tanto em qualidade como em quantidade. O objectivo da directiva é que todas as águas da União Europeia atinjam um «bom estado», através de planos de gestão executados a nível de cada rede hidrográfica. A directiva apoia-se em cinco prioridades complementares:



A ÁGUA NÃO CONHECE FRONTEIRAS

As grandes bacias hidrográficas, como o Danúbio e o Reno, cobrem zonas geográficas que abrangem vários países. A directiva-quadro sobre a água prevê, em relação a estas bacias, que os Estados-Membros interessados definam um plano de gestão comum. São implicadas nestes planos de gestão as autoridades locais, regionais e nacionais, mas também todos os intervenientes no sector da água, em especial as ONG.

A ÁGUA INTERESSA A TODOS NÓS

Todos utilizamos água nas nossas actividades diárias, quer sejamos cidadãos, membros da sociedade civil, autoridades aos mais diversos níveis... Se estivermos mais bem informados sobre como alteramos a sua qualidade e quantidade, podemos adaptar os nossos comportamentos para utilizar a água de forma responsável e sustentável.

A ÁGUA É UM RECURSO FRÁGIL

As actividades humanas (agricultura, indústria, utilizações domésticas, etc.) provocam a poluição das águas. Para além da protecção dos rios, lagos, águas costeiras e outros ecossistemas, a directiva-quadro pretende preservar as águas subterrâneas com objectivos de qualidade ambiciosos, a atingir até 2015.

A ÁGUA TEM UM PREÇO

A água, tal como o ar que respiramos, não pode ser considerada um produto comercial. No entanto, alguns estudos mostram que uma tarifação bem calculada, baseada na medição precisa dos consumos, constitui um incentivo para uma utilização racional e sustentável deste recurso precioso. A directiva-quadro apela a todos os Estados-Membros para aplicarem uma política de tarifação baseada no princípio do poluidor-pagador, fazendo ao mesmo tempo uma diferenciação entre os utilizadores. A directiva-quadro determina igualmente que todos devem continuar a ter acesso ao fornecimento de base.

MEDIDAS INTEGRADAS E COMPLEMENTARES

Em resumo, a aplicação da directiva-quadro sobre a água assenta na participação de todos, numa lógica europeia de parceria, tanto ao nível dos cidadãos como das mais altas instâncias da União Europeia. Por outro lado, esta directiva-quadro deve articular-se, numa perspectiva ambiental mais lata, com todas as outras legislações sobre esta matéria e que fazem parte do arsenal legislativo europeu de «Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha».

«A União Europeia só é responsável por 14% das emissões mundiais. Devemos demonstrar que é possível acabar com a conexão entre crescimento económico e aumento das emissões de CO₂.»

*Hans-Gert Pötering,
Presidente do Parlamento Europeu.*

Um estudo recente da Comissão mostra que o potencial de economia de água se eleva a cerca de 40% a nível europeu, sendo até 33% nas redes públicas de água e 43% no sector industrial e na agricultura. Como? Melhorando a eficácia da utilização da água e racionalizando as tecnologias e a gestão da irrigação.



AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS SEUS EFEITOS NO AMBIENTE... E NA ÁGUA

É um dado adquirido que as alterações climáticas passaram a ser a maior ameaça ambiental, social e económica para o futuro. Constituem, só por si, um impedimento ao desenvolvimento sustentável do nosso planeta e nas secções a seguir veremos como afectam a agricultura, o desenvolvimento regional ou mesmo a situação nos países mais pobres.

Relativamente à água, as consequências em algumas regiões e à escala planetária são já bem patentes: o degelo e a fundição dos bancos de gelo polares, alterações dos sistemas biológicos e hidrológicos... Todos estes efeitos têm impactos directos, como o aumento dos riscos de inundação em certas zonas do mundo e de seca noutras.

Os estudos científicos mais recentes não deixam qualquer dúvida sobre as perturbações que a actividade humana causa ao ecossistema global do nosso planeta. Este fenómeno está a preocupar toda a gente e os conhecimentos que vamos adquirindo todos os dias sobre o assunto levam-nos a tomar medidas urgentes.

ALGUNS DADOS

- Entre 1970 e 2004, as emissões de gases com efeito de estufa aumentaram 70%.
- Em cem anos a temperatura à superfície da Terra aumentou 0,74°C e vai continuar a aumentar 0,7°C por causa dos gases com efeito de estufa.
- Até 2100, a temperatura média aumentará entre 1,8°C e 4°C, segundo a evolução dos modos de vida e as opções políticas que entretanto fizermos.

UMA MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL URGENTE


Em 1997, a comunidade internacional chegou a acordo sobre os termos do Protocolo de Quioto, cujo objectivo central é reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa até 2012. A mais longo prazo, as negociações com

vista à conclusão de um acordo internacional global sobre o clima para o período pós-Quoto foram lançadas em Dezembro de 2007 em Bali e devem ser concluídas na Cimeira de Copenhaga, em Dezembro de 2009.

E A UNIÃO EUROPEIA?

No Conselho Europeu da Primavera de 2007, a luta contras as alterações climáticas conheceu uma aceleração espectacular, com a adopção de uma decisão destinada a fixar em 20% os objectivos a realizar até 2020 em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa, de utilização de energias renováveis e de eficiência energética.

A União Europeia vai intervir proximamente em matérias como as emissões ligadas ao sector da aviação, as energias renováveis, as emissões ligadas ao parque automóvel ou ainda à captação e ao armazenamento de dióxido de carbono no solo.



Em Junho de 2007, a Comissão Europeia lançou uma consulta, sob a forma de Livro Verde, em que convidou todas as pessoas a pronunciar-se sobre a adaptação às alterações climáticas. Na sequência disso, a Comissão prevê a adopção, até Outubro de 2008, de um Livro Branco com propostas de acções.

COMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A fim de reagir aos acontecimentos internacionais, sensibilizar os cidadãos para a questão das alterações climáticas e transformar o desafio das alterações climáticas numa das principais prioridades da agenda internacional, o Parlamento Europeu criou em Abril de 2007 uma Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, encarregada de fazer propostas transversais, até 2009, sobre políticas da União Europeia ligadas a estas questões.

Esta Comissão irá examinar as diferentes temáticas em profundidade através de debates com especialistas reconhecidos. Para esse fim, foram planificadas diversas audições públicas entre Setembro de 2007 e Junho de 2008 sobre as questões fundamentais, como as fontes primárias de emissões de todo o tipo, a perspectiva para depois de 2012, as novas tecnologias, as

emissões ligadas ao sector da energia ou ainda o impacto das alterações climáticas na segurança internacional.

Por outro lado, a Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas também previu visitas de delegações a países como a China, a Índia, os Estados Unidos e a Rússia, por exemplo, porque estes países têm um papel capital no debate internacional sobre um acordo global para o período pós-2012.

ÁGORA DOS CIDADÃOS SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Face às perturbações do clima, que é um dos maiores desafios actuais, o Parlamento Europeu organizou, a 12 e 13 de Junho de 2008, a Ágora dos Cidadãos sobre as alterações climáticas.

Nessa ocasião, o Parlamento Europeu convidou a sociedade civil europeia a exprimir-se de forma livre e vigorosa sobre esta temática fundamental, participando nas suas análises e nas suas propostas, mas definindo igualmente o seu papel nas acções que devem ser realizadas.

<http://europarl.europa.eu/agora>



A INVESTIGAÇÃO EUROPEIA «ATIRA-SE À ÁGUA»

A investigação, especialmente no domínio da água, pode contribuir para a União Europeia se tornar na «economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo até 2010, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social».

Desde o seu lançamento, em 1984, os programas-quadro consagrados à investigação têm abordado o papel da água no ambiente e na sociedade. A investigação contribui não só para promover uma boa gestão da água, tanto nos seus aspectos tecnológicos como institucionais, mas também para desenvolver uma base sólida de conhecimentos sobre a água, assim como a consciência da sua dimensão política e da necessidade de proteger activamente a viabilidade do nosso ecossistema aquático. Compreendendo melhor o contexto e o impacto da mudança global, o que se pretende é identificar objectivos ambiciosos para desenvolver novos conceitos e instrumentos. Assim, no 6.º Programa-Quadro (2002-2006), a

investigação ambiental europeia privilegiou o desenvolvimento de novos conhecimentos, de estratégias e de instrumentos que permitam atenuar o impacto da mudança global, incluindo as alterações climáticas, nos recursos hídricos na Europa e noutros locais.

Ao lançar a Iniciativa Europeia para a Água no quadro dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, a União Europeia teve o cuidado de introduzir uma componente «investigação» com o objectivo de melhorar a cooperação científica em matéria de gestão integrada dos recursos hídricos e de acesso sustentável à água potável e a instalações sanitárias.

SÉTIMO PROGRAMA-QUADRO

O 7.º Programa-Quadro (2007-2013) colocou a tónica no papel da investigação numa economia assente no conhecimento, promovendo a inovação e a competitividade da indústria europeia. A investigação ambiental, que inclui as alterações climáticas, beneficia só por si de um orçamento de 1,9 mil milhões de euros para um período de sete anos. Um dos grandes objectivos consiste em promover a investigação no sector privado. Para isso foram apoiadas diversas plataformas tecnológicas dirigidas pelo mundo industrial. Entre elas convém salientar o papel da «Water Supply and Sanitation Technology Platform» (WSSTP).

.....

OS PROBLEMAS LIGADOS À ÁGUA SÃO GLOBAIS E EXIGEM SOLUÇÕES GLOBAIS

Um dos objectivos do 7.º Programa-Quadro é compreender melhor o potencial impacto da mudança global e das alterações climáticas nos recursos hídricos e, portanto, nas políticas europeias, e integrar plenamente a cooperação científica internacional nas actividades de investigação. Através do desenvolvimento de instrumentos e de tecnologias destinadas à vigilância, prevenção ou atenuação das pressões ambientais, a União Europeia deve dispor de meios para se adaptar a este novo contexto e preservar a natureza sustentável do ambiente e dos recursos hídricos. Estas acções são completadas pela instituição de uma política de disseminação dos resultados em benefício de toda a comunidade.

A WSSTP

Esta plataforma é um instrumento de discussão e de debate em que participam representantes do sector industrial, do mundo académico e da sociedade civil, com o objectivo de reforçar o potencial de inovação tecnológica e a competitividade da indústria europeia da água, dos profissionais da água e dos institutos de investigação. Define um programa de investigação tecnológica e científica comum e um plano de execução realista.

Foram identificados quatro grandes desafios, que exigem actividades de investigação orientada e aplicações reais através de programas-piloto:

- o aumento da pressão hídrica e dos custos da água,
- a urbanização e a gestão do ciclo da água e das suas infra-estruturas nas cidades,
- os fenómenos extremos como as inundações ou as secas,
- o abastecimento da água e o saneamento nas zonas rurais e em desenvolvimento.



CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO: A CIÊNCIA DE HOJE AO SERVIÇO DO AMBIENTE DE AMANHÃ

A Comissão Europeia possui um serviço científico próprio, o Centro Comum de Investigação. A sua missão consiste em proporcionar apoio científico e técnico para a concepção, desenvolvimento, execução e acompanhamento de políticas europeias. As iniciativas implementadas em matéria de água permitem dominar melhor certos fenómenos ligados às alterações climáticas. Alguns exemplos?

ALERTA PRECOZE E VIGILÂNCIA DAS INUNDAÇÕES E DA SECA NA EUROPA

Para prevenir catástrofes naturais ligadas a situações de pluviosidade excepcionais, foram desenvolvidas à escala europeia metodologias comuns e sistemas de informação que antecipam os fenómenos associados a intempéries. Tornou-se assim possível, por exemplo, lançar alertas com três a dez dias de antecedência em relação à maior parte das bacias hidrográficas transfronteiras.

UM OBSERVATÓRIO EUROPEU DA SECA

Dirigido pelo Centro Comum de Investigação, o Observatório Europeu da Seca tem por missão dar informações atempadas sobre as condições que favorecem períodos de seca. Em colaboração com as autoridades nacionais e regionais, o Observatório já permite, por exemplo, uma vigilância diária da taxa de humidade dos solos na Europa.

UMA AJUDA À REABILITAÇÃO DOS MARES EUROPEUS

Neste projecto, o que está em causa é o excesso de nutrientes que ameaça o equilíbrio ecológico das águas europeias. Graças ao Centro Comum de Investigação, as marés verdes e a proliferação do fitoplâncton, que influenciam o aparecimento ou o desaparecimento de peixes, podem ser vigiados através da medição de concentração da clorofila, via satélite.

A PRODUTIVIDADE GLOBAL DO OCEANO EM TERMOS DE ABSORÇÃO DE CO₂

O Centro Comum de Investigação desenvolveu um programa informático que permite vigiar a biomassa e a produção de carbono dos oceanos e dos mares europeus analisando as propriedades ópticas das superfícies marinhas.

• • • • •

A ENERGIA E OS TRANSPORTES

A energia e os transportes fazem parte das prioridades da política europeia em matéria de desenvolvimento sustentável. As alterações climáticas, a segurança em geral, o desenvolvimento económico e os modos de transporte sustentáveis constituem desafios políticos associados ao desafio energético.

Em Março de 2007, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia decidiram dar mais um passo em matéria de política energética, definindo objectivos precisos até ao ano 2020:

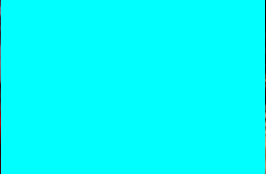
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20%;
- atingir 20% de energias renováveis no cabaz energético da União Europeia;
- utilizar 10% de biocombustíveis no sector dos transportes;
- economizar pelo menos 20% da energia primária total.

Estes objectivos traduzem a vontade da União Europeia de lutar contra o aquecimento global, desenvolvendo políticas que integram a energia e os transportes numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

QUAL O PAPEL DA ÁGUA NUMA POLÍTICA DE TRANSPORTES E DE ENERGIA?

A abordagem adoptada no domínio energético visa favorecer as economias de energia e melhorar a eficácia do consumo de energia, antes de considerar outras alternativas. Esta abordagem também é válida no domínio da água. Economizar água significa igualmente economizar energia, na medida em que a extracção, o transporte e o tratamento da água consomem energia.

Nas políticas europeias de transportes e de energia, a água tem um papel primordial na produção de energia hidroeléctrica e nos transportes fluviais e marítimos.



A ENERGIA HIDROELÉCTRICA

A energia hidroeléctrica representa cerca de 20% da produção energética da União Europeia e não liberta para a atmosfera CO₂ nem outros gases nocivos.

No entanto, o sector hidroeléctrico está estreitamente ligado à configuração geográfica dos Estados-Membros. Seis países produzem, só por si, 84,5% da capacidade europeia: Itália, França, Espanha, Alemanha, Áustria e Suécia.

A ENERGIA OCEÂNICA

Num contexto de escassez de energias fósseis e com uma preocupação de preservar o ambiente, a perspectiva de utilizar a energia dos oceanos constitui uma oportunidade à escala europeia e mundial. Esta energia provém de fontes múltiplas:

- as ondas,
- as marés,
- as correntes oceânicas,
- a pressão osmótica (diferença de salinidade das correntes marinhas).

Se a energia oceânica atrai cada vez mais o interesse dos cientistas, actualmente os esforços concentram-se sobretudo na experimentação e na investigação. Os dois maiores desafios que continuam por vencer são o aperfeiçoamento das tecnologias e o domínio dos custos de produção.

O TRANSPORTE MARÍTIMO

É um meio de transporte vital para o comércio na União Europeia e com os nossos parceiros comerciais em todo o mundo.

Para garantir que este modo de transporte é seguro e respeitador do ambiente, a União Europeia legislou no sentido de os navios que navegam nas águas europeias cumprirem normas de segurança rigorosas.

Na União Europeia, o transporte marítimo de curta distância, coberto por uma verdadeira rede de auto-estradas do mar, permite descongestionar o tráfego terrestre e reduzir as fontes de acidentes da circulação no mar.

A União Europeia, com as suas RTE-T (redes transeuropeias de transportes) e o programa Marco Polo, apoia o desenvolvimento das auto-estradas do mar em quatro regiões: mar Báltico, Oeste da Europa, Sudoeste da Europa e Leste da Europa.

A NAVEGAÇÃO INTERIOR

Mais de 37 000 km de vias de comunicação fluviais ligam centenas de cidades e de regiões industriais. Este modo de transporte é fiável, seguro e económico e produz baixas quantidades de emissões nocivas para o ambiente.



A ÁGUA E A AGRICULTURA

A agricultura é uma actividade económica que vive de um meio natural, cujos equilíbrios deve respeitar e otimizar. É também, de longe, a principal utilizadora de recursos hídricos: quase 75% do consumo global. A actividade agrícola tem, assim, de enfrentar actualmente desafios importantes: o desenvolvimento sustentável, a coesão social e territorial, a protecção do ambiente, a luta contra as alterações climáticas... Para fazer face a estes desafios, a União Europeia esforça-se para os integrar na PAC (Política Agrícola Comum).

AS MÚLTIPLAS VOCAÇÕES DA AGRICULTURA

O modelo agrícola europeu tem diversas funções e faz da actividade agrícola uma fonte de desenvolvimento económico, social e ambiental. O seu papel, actualmente, ultrapassa o da produção alimentar. Contribui nomeadamente para a manutenção das populações e do tecido económico nas zonas rurais, para a economia destas zonas, para o ordenamento do território e das paisagens ou ainda para a protecção do ambiente.

- A superfície agrícola europeia ocupa 183,2 milhões de ha.
- Tal superfície representa 47% do território total da União.
- Se incluírmos as florestas, esta percentagem aumenta para 78%.

.....



A AGRICULTURA, UMA ACTIVIDADE ECONÓMICA QUE UTILIZA O TERRITÓRIO...

Enquanto actividade estreitamente ligada ao território, a actividade agrícola depende de múltiplos factores: o solo, a água, o clima.

A agricultura europeia desenvolve-se em zonas geográficas e climáticas diversas, com um acesso à água muito variável.

- As planícies e as zonas periféricas à volta das cidades. Aqui os solos são de boa qualidade e ricos em água, mas estão expostos a riscos de contaminação e sujeitos a grande pressão urbana.
- As zonas com desvantagens estruturais (montanhas, regiões árticas, ilhas), que dificultam a produção agrícola.
- As zonas secas do Sul mediterrânico, onde chove pouco, mas que se especializaram na agricultura extensiva (vinha, olival...).

A agricultura e as florestas ocupam 4/5 do espaço europeu. As actividades que lhe estão ligadas encontram-se, por tal facto, no centro dos grandes equilíbrios ecológicos. Por isso, na nova PAC, a agricultura deve integrar novas vertentes

como o ordenamento e desenvolvimento do território, a gestão do ambiente e da água e as alterações climáticas.

... E DEPENDE DA ÁGUA

A agricultura tem, evidentemente, impacto no ambiente. Em matéria de protecção do ambiente:

- garante a densidade e a diversidade das paisagens europeias,
- tem impacto na captação do carbono nos solos,
- sustenta a biodiversidade vegetal e animal.

Mas é preciso também não esquecer que em matéria de desenvolvimento sustentável convém evitar o desperdício de água associado à irrigação intensiva e prevenir o esgotamento dos lençóis freáticos. Também é fundamental reduzir o mais possível a contaminação das

águas por produtos fitossanitários, pela poluição de origem azotada, pela utilização de adubos e pela disseminação de efluentes de animais, como o estrume semilíquido.

Na reforma da PAC de 2003 já foi tida em conta uma gestão da água respeitadora do ambiente. Assim, podem ser reduzidas, ou mesmo suprimidas, as ajudas directas a um agricultor se este não respeitar (nomeadamente) as disposições de protecção das águas subterrâneas ou da utilização de nitratos.

O processo de reforma da PAC tem em conta estes desafios, nomeadamente com o reforço da sua vertente agro-ambiental. A Comissão Europeia insiste numa gestão mais eficaz da água, na protecção da biodiversidade, na exploração óptima das possibilidades ligadas às bioenergias e na luta contra as alterações climáticas.

- Nalguns Estados-Membros do sul, as terras irrigadas podem representar até 1/5 da superfície agrícola e até 50% a 60% da produção agrícola total.
- A irrigação pode multiplicar por seis o valor da produção e por quatro os lucros da exploração.
- Desde 1985, as zonas aí irrigadas aumentaram cerca de 20%.
- Os volumes de água da irrigação representam nestes países cerca de 75% do consumo total de água.

A AGRICULTURA EUROPEIA FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

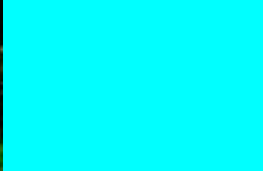
Salientam-se três temáticas principais.

As catástrofes naturais (inundações, intempéries, secas, incêndios florestais) atingem plenamente a actividade agrícola. Mas os riscos associados ao aquecimento global não são uniformes nos territórios europeus. A parte norte da União Europeia poderá conhecer um aumento da pluviosidade, enquanto nas regiões do sul o fenómeno será inverso. Tudo isto, evidentemente, tem efeitos sobre a disponibilidade de água, nomeadamente no sul. Já desde há algum tempo que uma utilização mais racional e sustentável da água está na agenda da PAC. Uma das medidas tomadas foi deixar de ligar as subvenções às quantidades produzidas. Esta separação permitiu uma diminuição da produção, quando anteriormente esta podia ultrapassar a capacidade do mercado.

Outro problema ligado às alterações climáticas e ao seu impacto nos rendimentos é a volatilidade dos preços. A PAC deverá necessariamente iniciar uma reflexão sobre mecanismos de gestão destes riscos, tendo em vista reduzir as flutuações de produção e de rendimentos para os agricultores.

A PAC deverá também considerar o impacto global da agricultura, nomeadamente nas alterações climáticas.

- As superfícies cultivadas e a floresta não emitem globalmente CO₂. Algumas actividades ligadas à criação de gado e às culturas agrícolas, pelo contrário, são as principais fontes de emissões de protóxido de azoto e de metano. A estratégia comunitária visa reduzir estas emissões favorecendo boas práticas de fertilização, de alimentação animal e de controlo do consumo de energia.
- Os produtos da biomassa, favorecendo os biocombustíveis segundo modos de produção sustentáveis e, nomeadamente, respeitadores dos recursos hídricos, podem substituir os recursos fósseis e a captação do carbono atmosférico pode ser aumentada.
- As actividades ligadas à agricultura e à floresta ordenam o território, protegem-no do êxodo rural, da erosão dos solos e dos riscos de incêndio; fazem por isso parte da estratégia europeia de prevenção de catástrofes naturais.



AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ALGUNS ASPECTOS DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

O DESENVOLVIMENTO RURAL

Fundos da PAC, dedicados ao desenvolvimento rural, já foram utilizados para reduzir a pressão sobre os recursos hídricos, apoiando acções concretas como o financiamento de instalações de irrigação mais eficientes, ou a incitação a passar de terras aráveis para terras de pasto, que exigem menos água.

AS VANTAGENS DA IRRIGAÇÃO

Bem gerida, a irrigação pode ter vantagens ambientais importantes. Alguns perfis paisagísticos podem favorecer a diversificação da fauna. Por exemplo, a criação e a gestão de arrozais geram um manancial de alimentos para certas espécies de aves.

A DESCARGA DE ÁGUA LIMPA NOS RIOS

A gestão da água não é apenas uma questão de quantidade, mas também de qualidade das águas de superfície e das águas subterrâneas. As águas subterrâneas são a principal fonte de água potável, verificando-se que algumas práticas

agrícolas a tornam imprópria para o consumo (concentração de nitratos, má utilização de adubos ou de pesticidas). Estes mesmos pesticidas e adubos podem chegar aos rios e aos lagos. A PAC estabeleceu normas rigorosas nesta matéria, que condicionam o acesso dos agricultores às subvenções.

A GESTÃO DOS CUSTOS

A protecção do ambiente tem um custo. A PAC prevê ajudas suplementares para os agricultores que protejam mais o ambiente. Entre as medidas incentivadas podem citar-se as seguintes: não cultivar em zonas muito próximas de rios ou de lagos, a fim de evitar a contaminação destas águas pelos adubos e pesticidas, privilegiar a rotação das culturas ou ainda consagrar uma parte do terreno à pastagem. Por último, é atribuída uma ajuda especial aos agricultores que abandonarem a utilização de pesticidas.

Em Espanha, 2 300 projectos destinados a melhorar os sistemas de irrigação permitiram, entre 2000 e 2005, uma redução do consumo de água de 2 800 hm³, ou seja, o equivalente a 1 120 000 piscinas.



A ÁGUA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MAIS CRESCIMENTO E MAIS EMPREGO EM TODAS AS REGIÕES E CIDADES DA EUROPA

A política de coesão da União Europeia tem como objectivo reduzir as disparidades socioeconómicas entre todas as regiões da Europa e ajudar a reconverter as zonas gravemente afectadas pelas reestruturações industriais. Esta política apoia, assim, a chamada estratégia «de Lisboa». Considera-se que, graças a esta estratégia, o crescimento dos novos Estados-Membros poderá aumentar 6% em média e criar dois milhões de novos postos de trabalho até 2013.

TRÊS FUNDOS ESTRUTURAIS PARA FINANCIAR A POLÍTICA DE COESÃO

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)
- Fundo de Coesão
- Fundo Social Europeu (FSE)

Estes fundos financiam entre 50% e 85% do montante total de um projecto, sendo os restantes 20% a 50% financiados por instituições nacionais ou pelo sector privado. O investimento apoiado por estes Fundos Estruturais tem muitas vezes um «efeito de alavanca». Quer dizer, os outros investimentos ligados ao projecto co-financiado pela União Europeia podem ser duas vezes superiores à contribuição comunitária, tudo isto em benefício das regiões abrangidas.

Para o período 2007-2013, a execução da política de coesão conta com cerca de 450 programas operacionais que permitirão financiar dezenas de milhares de projectos, co-geridos e avaliados pelas autoridades nacionais e regionais e pela Comissão Europeia, e que implicam empresas e organizações não governamentais.

As principais áreas de investimento são:

- o conhecimento e a inovação,
- os transportes,
- os recursos humanos,
- a protecção ambiental e a prevenção de riscos, sendo dada especial atenção à água.



A política de coesão representa 347,4 mil milhões de euros, ou seja, 1/3 do orçamento total da União Europeia num período entre 2007 e 2013. Serão investidos 51 mil milhões de euros no domínio da água e das infra-estruturas de descontaminação de zonas poluídas, com vista a reactivá-las a uma utilização económica e numa perspectiva de prevenção de riscos ambientais.



A POLÍTICA DE COESÃO APOIA PROJECTOS CONCRETOS NO DOMÍNIO DA ÁGUA

A indústria da água tem um importante papel económico na Europa e é uma fonte de crescimento e de empregos. Este sector gera actualmente um volume de negócios de cerca de 80 mil milhões de euros, que aumenta todos os anos cerca de 5%. A taxa de emprego neste sector aumenta cerca de 6% a 7% por ano.

A partir de propostas elaboradas pela Comissão Europeia, a Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu foi colegisladora, juntamente com o Conselho, dos novos regulamentos dos Fundos Estruturais que abrangem diversos temas ligados à água:

- melhoria da gestão da água nas zonas urbanas e regionais,
- projectos relativos ao desenvolvimento das águas interiores,
- construção de centrais hidroeléctricas de produção de energia renovável,
- novos métodos de tratamento das águas.

O INVESTIMENTO EM NOVAS INFRA-ESTRUTURAS

A política de coesão ajuda os Estados-Membros a desenvolverem infra-estruturas para respeitar a directiva relativa à «qualidade das águas destinadas ao consumo humano» e a directiva sobre o «tratamento das águas urbanas». Em 2007-2013, grande parte dos investimentos consagrados ao ambiente no quadro da política de coesão serão utilizados para melhorar os sistemas de recolha de águas residuais nos países mais desfavorecidos (em especial nos novos Estados-Membros e nos países candidatos).

A POLÍTICA MARÍTIMA

A água também contribui para definir as características territoriais. O desenvolvimento das zonas costeiras depende fortemente da água. De maneira geral, os Fundos Estruturais destinam-se a desenvolver o crescimento e a criação de empregos nestas regiões, onde a actividade industrial tradicional tende a desaparecer. A União Europeia dá especial atenção ao desenvolvimento destas zonas costeiras ou insulares e contribui para a elaboração de uma política marítima específica. Apoiar projectos em domínios muito variados, todos promotores de desenvolvimento sustentável: turismo costeiro, investigação marinha, desenvolvimento dos portos, apoio aos



«pólos de competitividade marítimos» (que reúnem industriais e investigadores em projectos comuns para desenvolver a economia marítima), etc. A política de coesão também ajuda os Estados a realizarem projectos transfronteiriços ou transnacionais para preservar os recursos existentes ou desenvolver economicamente zonas geográficas dependentes de um mar ou de um rio (por exemplo, existem muitos projectos em torno do Danúbio ou do mar Báltico).

A PROTECÇÃO CLIMÁTICA

A política de coesão tem igualmente um papel primordial na protecção climática. Com efeito, os Fundos Estruturais permitem financiar projectos que contribuem para o objectivo de redução das emissões de CO₂, como por exemplo a criação de redes sustentáveis de transportes integrados.

AS CATÁSTROFES NATURAIS

A abundância ou a falta de água pode tornar-se uma ameaça latente. Basta pensar nas catástrofes naturais dos últimos anos, que são cada vez mais frequentes. As últimas inundações dramáticas no Reino Unido ou no Leste da Alemanha mostram que estas intempéries representam uma ameaça não só para as vidas humanas, mas também para o desenvolvimento regional em geral. O mesmo se pode dizer em relação às secas, muitas vezes na origem de fogos florestais, que por sua vez afectam gravemente o desenvolvimento regional. É por isso que a água está no centro dos debates da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, que pretende ao mesmo

tempo preservar este recurso único e protegernos de certos efeitos nefastos. Para fazer face aos riscos naturais, a Comissão Europeia, com o apoio do Parlamento Europeu, propôs em 2002 a criação de um «Fundo de Solidariedade» a que os Estados-Membros podem recorrer quando ocorra uma catástrofe natural. Grande número de projectos co-financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão visam igualmente a protecção contra as inundações e medidas contra os riscos de seca.





A ÁGUA E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O APOIO DA UNIÃO EUROPEIA AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A União Europeia é o principal doador de ajuda do mundo, contribuindo com 56% do volume total da ajuda aos países em desenvolvimento. Em 2007, a contribuição da União Europeia foi na ordem dos 46 mil milhões de euros. O sector da água representa quase 5% do montante total da ajuda ao desenvolvimento financiada pela União Europeia.

OS DESAFIOS DA ÁGUA E DO SANEAMENTO NO DESENVOLVIMENTO

«A água é uma necessidade humana primordial e tanto o abastecimento de água como o saneamento constituem serviços sociais de base. A água é um recurso económico e ambiental fundamental, sendo assim uma questão fulcral na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável.» (Resolução do Conselho da União Europeia de 17 de Maio de 2002).

Nos países em desenvolvimento, a falta de acesso à água potável e ao saneamento é uma das causas principais de doenças e mortes. É igualmente um dos principais factores que travam a educação e o desenvolvimento económico.

Por outro lado, a água potável é um bem frágil e a sua vulnerabilidade também pode dar origem a conflitos sociais e geopolíticos. A título de exemplo, no Médio Oriente, uma região onde a água é insuficiente e repartida de forma desigual, o acesso à água é fundamental e representa um importante desafio geopolítico.

Noutras regiões, nomeadamente de África e da Ásia, o acesso à água é agravado por grandes variações sazonais e por ciclos periódicos, causados por secas e inundações, mais frequentes agora e ligados à intensificação das actividades humanas. Com efeito, à «crise da água» juntam-se actualmente as alterações climáticas, que afectam os países em desenvolvimento e, mais especialmente, dentro destes países, as populações mais pobres.

- 1 200 milhões de pessoas não têm acesso ao abastecimento de água potável.
- 1,8 milhões de pessoas, entre as quais 90% de crianças com menos de cinco anos, morrem todos os anos de doenças diarreicas.
- 2 600 milhões de pessoas não têm instalações sanitárias de base. Consciente desta situação preocupante, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2008 «Ano Mundial do Saneamento».
- 20 litros é a quantidade mínima de água que se estima que qualquer ser humano devia poder dispor para consumo diário. Nalgumas regiões, este volume não é sequer acessível.
- O consumo diário de água de um europeu é de 200 litros. O de um norte-americano é de 600 litros.

OS OBJECTIVOS DO MILÉNIO PARA O DESENVOLVIMENTO

Em 2000, os dirigentes de 189 países, reunidos em Nova Iorque para a Assembleia Geral das Nações Unidas, adoptaram uma declaração para o novo milénio. Desta declaração emergem oito Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

Finalidade: reduzir para metade a pobreza extrema até 2015.

O 7.º Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento pretende, em especial, reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população que não tem acesso à água potável e que não dispõe de um sistema de saneamento aceitável.

Para atingir estes objectivos, a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realizou em 2002 em Joanesburgo, insistiu de novo no sector da água. Mais especialmente, esta Cimeira lançou a Iniciativa Europeia no domínio da água, que desde então define o quadro político da cooperação entre a União Europeia e os países terceiros.

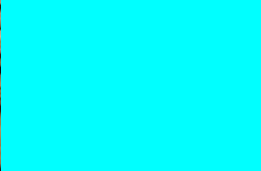
UMA RESPOSTA GLOBAL A DESAFIOS LOCAIS: A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS

O elemento mais visível da crise da água é o aumento das tensões entre:

- os subsectores que utilizam este recurso: agricultura, indústria, sector residencial, ambiente,
- o mundo rural e o meio urbano,
- os interesses económicos e sociais diferentes.

Esta crise não está associada unicamente ao crescimento demográfico ou ao desenvolvimento económico. Também resulta de uma gestão deficiente, da falta de transparência e de equidade na distribuição da água e de um combate quase inexistente à poluição das águas.

A gestão integrada da água é um processo que pretende dar resposta a estas questões. Quer promover a boa governação no sector e uma gestão eficaz e sustentável deste recurso.



A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BURKINA FASO

Em Março de 2003, o Burkina Faso aprovou o Plano de Acção para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRH).

Este instrumento, que abrange o período 2003-2015, destina-se nomeadamente a recentrar as missões do Estado e criar um Conselho Nacional da Água, que associa o Estado, as autoridades locais, o sector privado e a sociedade civil. Prevê igualmente a criação de novos espaços de gestão, com base em bacias hidrográficas, e o reforço das capacidades de intervenção das autoridades locais, do sector privado e da sociedade civil no domínio da água.

UM QUADRO INTEGRADO PARA UMA ABORDAGEM EUROPEIA DO DESENVOLVIMENTO NO SECTOR DA ÁGUA

Desde a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, a Comissão Europeia reuniu os diferentes instrumentos políticos e financeiros ligados à água num único quadro integrado. Estes quatro instrumentos são:

A INICIATIVA EUROPEIA PARA A ÁGUA

É um espaço de diálogo político e de concertação entre os governos, as estruturas descentralizadas do Estado, a sociedade civil e o sector privado dos países parceiros, os Estados-Membros da União Europeia e a Comissão Europeia. O objectivo comum é atingir os Objectivos do Milénio.

A FACILIDADE ACP-UE PARA A ÁGUA

Destinada a apoiar financeiramente a iniciativa para a água através de acções concretas, financia projectos nos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), num montante total de 500 milhões de euros entre 2004 e 2007. A partir de 2008 poderá ser concedido um financiamento complementar.

O APOIO AOS PROGRAMAS NACIONAIS E REGIONAIS

Estes programas, que podem abranger todos os sectores da ajuda ao desenvolvimento, inserem-se em acordos de cooperação entre a União Europeia

e países e regiões terceiros. No sector da água e do saneamento, em especial, foram 66 os países e as regiões que beneficiaram em 2006 do apoio da Comissão Europeia, num montante total de 271 milhões de euros (com exclusão da ajuda de urgência).

Para o período 2008-2013, serão 60 países que irão receber no total cerca de 700 milhões de euros (excluindo a ajuda de urgência).

A PARCERIA UE-ÁFRICA EM MATÉRIA DE INFRA-ESTRUTURAS

Foi criada em 2006 para apoiar o desenvolvimento das grandes redes transafricanas. Em especial, são abrangidos por esta parceria para o sector da água a gestão de bacias hidrográficas transfronteiras, programas de preparação para as inundações, a aquisição de conhecimentos e a vigilância dos recursos hídricos tendo em vista uma melhor gestão e, por último, infra-estruturas regionais sustentáveis.





UM EXEMPLO CONCRETO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO EM MEIOS RURAIS NA NICARÁGUA

As condições sanitárias das populações rurais na Nicarágua são muito precárias e estão na origem de numerosas doenças infecciosas. O âmbito de intervenção cobre as províncias de Matagalpa e de Jinotega, no Norte da Nicarágua. Estas regiões estão cortadas dos centros de produção e de serviços de saúde e de saneamento adequados. Estas condições problemáticas foram amplificadas pelo furacão Mitch em 1998.

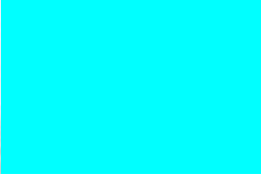
IMPACTO

- A taxa de mortalidade devido a doenças hídricas infecciosas nas crianças com menos de cinco anos foi reduzida sensivelmente, assim como as infeções respiratórias.
- 105 000 pessoas beneficiaram de acções de formação para adaptar e manter melhores condições sanitárias e de saúde: utilização e manutenção de latrinas, construção de cozinhas, cuidados de base, manutenção dos sistemas de condução de água, etc.
- Foram construídas infra-estruturas sanitárias de diferentes tipos nas escolas e nas casas.

RESULTADOS E NÚMEROS

- Financiamento da Comissão Europeia: 11 milhões de euros.
- 52 000 pessoas têm acesso à água potável.
- 145 000 pessoas beneficiam de acesso a um saneamento de base.

.....



UNIÃO EUROPEIA: UMA COMUNIDADE COM 500 MILHÕES DE CIDADÃOS

27 Estados-Membros, uma população de cerca de 500 milhões de habitantes e 23 línguas oficiais: a União Europeia constitui actualmente a maior parceria política e económica do mundo.

COMO FUNCIONA?

As três instituições principais são:

- **Parlamento Europeu.** É eleito por sufrágio universal e directo e os seus membros, os deputados europeus, representam os interesses dos cidadãos europeus, seus eleitores.
- **Conselho da União Europeia.** Representa os Estados-Membros. Consoante os assuntos da ordem de trabalhos, é o ministro competente de cada governo nacional que participa nestas reuniões.
- **Comissão Europeia.** É a instituição politicamente independente dos governos nacionais, que representa e defende os interesses da União Europeia no seu conjunto. Elabora a nova legislação europeia, que

propõe ao Parlamento Europeu e ao Conselho, que a adoptam ou não segundo o procedimento de co-decisão (ver página 3).

Outras instâncias têm igualmente um papel fundamental, nomeadamente:

- **Comité Económico e Social Europeu.** Órgão consultivo que representa a sociedade civil (empregadores, sindicatos, agricultores, consumidores e outros grupos de interesses).
- **Comité das Regiões.** Órgão consultivo que representa as autoridades regionais e locais da Europa. Todos os seus membros exercem mandatos locais. Deve ser consultado antes de qualquer decisão sobre questões que interessem aos poderes locais e regionais, como a política regional, o ambiente, a educação e os transportes.

QUE BALANÇO SE PODE FAZER ATÉ HOJE?

Intercâmbios culturais e trocas comerciais sem fronteiras, uma moeda única (o euro), alimentos mais saudáveis e um ambiente mais verde, melhores condições de vida nas regiões mais pobres, uma acção conjunta contra a criminalidade e o terrorismo, comunicações telefónicas e bilhetes de avião mais baratos, milhões de possibilidades de estudar no estrangeiro e tantas outras coisas ...

É através do diálogo, do respeito dos seus valores e dos seus princípios democráticos que a União Europeia constrói o futuro com todos nós.

Para saber mais sobre a União Europeia:
<http://europa.eu>



Referências fotográficas da brochura: iStockphoto.com
Foto de Hans-Gert Pöttering: Parlamento Europeu
Foto de José Manuel Barroso: Comissão Europeia

Actualmente, são grandes as ameaças que pesam sobre a água e o desenvolvimento sustentável em geral. A União Europeia fixou como objectivo dar possibilidade ao futuro, agindo de modo concreto à escala europeia e mundial. Os nossos esforços têm a ver com múltiplos domínios de acção, como a investigação, os transportes e a energia, a agricultura, o desenvolvimento regional ou ainda a cooperação para o desenvolvimento. Tendo sempre como objectivo a preservação, protecção e boa gestão da água, mas também, e de forma mais geral, a consideração das alterações climáticas, o nosso propósito é conciliar o desenvolvimento social e económico e a preservação do ambiente.

Quando está em causa salvar o futuro, cada gota conta...

Para mais informações:

União Europeia: <http://europa.eu>

Parlamento Europeu: <http://europarl.europa.eu>

Comissão Europeia: <http://ec.europa.eu>

*Índice e resumo da legislação da UE relativa à protecção e gestão das Águas:
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s15005.htm>*

*EUROPE DIRECT: Serviço gratuito que responde às suas perguntas sobre a União Europeia.
<http://europedirect.europa.eu> - Tel.: 00 800 6 7 8 9 10 11*